

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

O quadro acionário da Companhia pode ser assim sumarizado:

	Ações ordinárias e preferenciais em 31 de Dezembro de 2012	
	Ordinárias (%)	Preferenciais(%)
Acionistas		
Célia Peixoto de Barros Lemos	5,84	3,42
Delta Agropecuária e Participações Ltda	23,49	19,11
Energisa S/A	19,27	14,78
Flávia Rodrigues Peixoto	9,05	13,7
Dirce Rodrigues Peixoto	7,68	13,7
Nélia de Souza Peixoto	5,53	2,16
Outros	29,14	33,13
Total	100	100

No exercício a movimentação significativa na composição acionária da Companhia deu-se em virtude do encerramento do espólio do Acionista Josué Inácio Peixoto, tendo como suas herdeiras as acionistas Flávia Rodrigues Peixoto e Dirce Rodrigues Peixoto.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2013.

Para estar em conformidade com a apresentação adotada no ano corrente, o saldo comparativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$ 11.395 e R\$ 11.366, anteriormente mencionada separadamente no balanço da controladora e consolidado, respectivamente, foram reclassificados para compensar o saldo imposto de renda e contribuição social diferido.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 22 - provisões e contingências
- Nota 08 - constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 11 - constituição de provisão para perda dos créditos precatórios
- Nota 09 – Provisão para perda estoques

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	31/12/2012	31/12/2011
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,95%	99,95%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(b) Investimentos em controladas

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 10% (dez por cento) maiores que os pagos as ações ordinárias..

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições financeiras, com prazo até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(g) Imobilizado--Continuação

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Vida útil (em anos)</u>
Edificações	18,2
Máquinas e equipamentos	11,1
Instalações	11,1
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(k) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)--Continuação

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia. Não possui plano de benefício definido que é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registrados por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(p) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2012 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

(s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(t) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(u) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(v) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(w) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(w) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

(w) Instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas Demonstrações Financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 - Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimentos mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de Demonstrações Financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012-- Continuação

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de Desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das Demonstrações Financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

As alterações acima não foram aprovadas pelo CPC no Brasil, de forma que não são aplicáveis no país.

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes--continuação

As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia quando se tornarem efetivas.

IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19, sendo que tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia não possui registros com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 se converte no IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em Joint Ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta revisão não irá gerar nenhum impacto sobre a Companhia.

IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

IFRS 1 - Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013. A Companhia não possui transação desta natureza.

IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração--Continuação

A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013. Contudo, a norma Alterações à IFRS 9 – Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas)

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC - 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC - 13 - Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (Joint Venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também é necessária, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

IFRIC 20 - Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

Melhorias Anuais - maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá readotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for readotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas Demonstrações Financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

IAS 16 - Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 - Impostos de Renda.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

Melhorias Anuais - maio 2012--Continuação

IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas Demonstrações Financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

5. Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e sua controlada que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Um segmento é um componente da Companhia, destinado à fabricação de produtos e serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações diferentes daqueles outros segmentos. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos utilizados para tomada de decisão e para gerenciamento interno da Companhia e sua controlada são mercado interno e mercado externo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Segmentos operacionais--Continuação

Os resultados, ativos e passivos por segmento, consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Ativo						
Circulante	108.147	24.736	132.883	118.370	26.756	145.126
Realizável a longo prazo	14.841	3.394	18.235	13.779	3.114	16.893
Investimento	11.740	2.685	14.425	12.542	2.835	15.377
Imobilizado	83.362	19.067	102.429	85.726	19.377	105.103
Intangível	3.960	906	4.866	3.589	811	4.400
	222.050	50.788	272.838	234.006	52.893	286.899
Passivo						
Circulante	33.163	7.585	40.748	44.157	9.981	54.138
Não circulante	71.896	16.444	88.340	69.930	15.807	85.737
Patrimônio líquido	116.991	26.759	143.750	119.919	27.105	147.024
	222.050	50.788	272.838	234.006	52.893	286.899

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Receita Operacional líquida	151.359	41.327	192.686	167.299	45.467	212.766
Custo dos produtos vendidos	(124.450)	(33.154)	(157.604)	(121.477)	(41.137)	(162.614)
Lucro bruto	26.909	8.173	35.082	45.822	4.330	50.152
Receitas (despesas) operacionais	(23.763)	(6.905)	(30.668)	(33.631)	(10.937)	(44.568)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.146	1.268	4.414	12.191	(6.607)	5.584
Resultado financeiro líquido	1.783	155	1.938	2.860	309	3.169
Despesas financeiras	(18.239)	(4.912)	(23.151)	(17.510)	(6.737)	(24.247)
Receitas financeiras	20.022	5.067	25.089	20.370	7.046	27.416
Equivalência patrimonial	694	135	829	5.324	1.666	6.990
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	5.623	1.558	7.181	20.375	(4.632)	15.743
Imposto de renda e contribuição social	(1.499)	(509)	(2.008)	(1.001)	-	(1.001)
Resultado do exercício	4.124	1.049	5.173	19.374	(4.632)	14.742

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Segmentos operacionais--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Ativo						
Circulante	113.438	25.947	139.385	123.242	27.857	151.099
Realizável a longo prazo	14.715	3.366	18.081	15.044	3.400	18.444
Investimento	554	127	681	538	122	660
Imobilizado	89.255	20.415	109.670	91.736	20.735	112.471
Intangível	3.961	905	4.866	3.593	812	4.405
Ativo de operações Descontinuadas	98	22	120	-	-	-
	222.021	50.782	272.803	234.153	52.926	287.079
Passivo						
Circulante	33.194	7.592	40.786	44.299	10.013	54.312
Não circulante	71.963	16.460	88.423	70.178	15.863	86.041
Patrimônio líquido	116.991	26.759	143.750	119.919	27.105	147.024
Participação dos não controladores	(643)	(147)	(790)	(243)	(55)	(298)
Passivo de operações Descontinuadas	516	118	634	-	-	-
	222.021	50.782	272.803	234.153	52.926	287.079

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Receita Operacional líquida	151.756	41.327	193.083	178.265	45.467	223.732
Custo dos produtos vendidos	(124.566)	(33.154)	(157.720)	(124.559)	(41.137)	(165.696)
Lucro bruto	27.190	8.173	35.363	53.706	4.330	58.036
Receitas (despesas) operacionais	(23.823)	(6.905)	(30.728)	(34.048)	(10.937)	(44.985)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.367	1.268	4.635	19.658	(6.607)	13.051
Resultado financeiro líquido	2.818	290	3.108	1.490	1.975	3.465
Despesas financeiras	(18.245)	(4.912)	(23.157)	(17.510)	(6.737)	(24.247)
Receitas financeiras	21.063	5.202	26.265	19.000	8.712	27.712
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	6.185	1.558	7.743	21.148	(4.632)	16.516
operações continuadas						
Imposto de renda e contribuição social	(1.549)	(509)	(2.058)	(1.447)	-	(1.447)
Resultado do exercício operações continuadas	4.636	1.049	5.685	19.701	(4.632)	15.069
Resultado do exercício operações descontinuadas	(1.004)	-	(1.004)	(634)	-	(634)
Resultado do exercício	3.632	1.049	4.681	19.067	(4.632)	14.435

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos	6.315	4.337	9.574	4.892
Aplicações Financeiras	9.987	14.344	9.987	15.453
	16.302	18.681	19.561	20.345

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário ("CDB").

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras	10.089	6.353	10.089	6.353
Circulante	9.665	2.231	9.665	2.231
Não Circulante	424	4.122	424	4.122

Referem, substancialmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxas que variam em média 103% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mercado interno	39.989	44.734	42.839	51.694
Mercado externo	9.359	11.792	9.359	11.792
	49.348	56.526	52.198	63.486
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.805)	(2.430)	(2.805)	(2.430)
Ajuste a valor presente	(1.155)	(1.490)	(1.242)	(2.586)
	45.388	52.606	48.151	58.470
Circulante	45.388	52.606	48.151	56.587
Não Circulante	-	-	-	1.883

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 90 dias sendo descontado na mesma taxa das operações. Foi utilizada a taxa média de desconto de 1,89% ao mês, que corresponde a taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da Provisão para devedores duvidosos

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.430	375	-	2.805
	2.430	375	-	2.805

	Controladora e Consolidado			
	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.798	1.198	(566)	2.430
	1.798	1.198	(566)	2.430

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos a mais de 90 dias.

Os valores a receber por vencimento estão detalhados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Duplicatas a vencer	42.425	50.338	44.925	57.298
Duplicatas vencidas				
De 1 a 30 dias	2.711	2.577	3.061	2.577
De 31 a 60 dias	1.062	270	1.062	270
De 61 a 90 dias	231	96	231	96
Acima de 90 dias	2.919	3.245	2.919	3.245
	49.348	56.526	52.198	63.486

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	17.408	19.752	18.047	20.725
Produtos em processamento	17.537	22.063	17.537	22.063
Matérias primas	17.405	13.897	17.405	13.897
Importações em andamento	-	-	-	-
Almoxarifado	5.184	6.266	5.184	6.266
	57.534	61.978	58.173	62.951
Provisão para perdas de estoque	(1.409)	(1.195)	(1.409)	(1.195)
	56.125	60.783	56.764	61.756

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques--Continuação

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

Movimentação da provisão para perda de estoque

	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31/12/2011	Adições	Baixas
Provisão para perda de estoque	1.195	214	-
			1.409

	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas
Provisão para perda de estoque	764	431	-
			1.195

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante reconhecido como despesa líquida no resultado foi de R\$ 214 (R\$ 431 em 2011).

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda	2.861	3.478	2.973	3.527
Contribuição Social	801	1.301	831	1.301
ICMS	10.385	5.983	10.385	5.983
INSS	274	1.034	274	1.034
Outros impostos	293	323	293	323
	14.614	12.119	14.756	12.168
Circulante	2.017	6.249	2.047	6.298
Não circulante	12.597	5.870	12.709	5.870

Composição saldo ICMS a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ICMS – TUSD (a)	3.916	3.916	3.916	3.916
ICMS – Imobilizado (b)	1.164	1.431	1.164	1.431
ICMS – Outros (c)	5.305	636	5.305	636
	10.385	5.983	10.385	5.983

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos a recuperar--Continuação

- a) Crédito de ICMS decorrente de documento fiscal emitido para Cobrança de Tarifa de Uso da Rede do Sistema Nota Nacional de Energia Elétrica (TUSD). Conforme nota explicativa 21(a), em 30 de novembro de 2011, a Companhia protocolou requerimento relativo a “Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)” e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas às formalizações legais para conclusão do acordo.

Em 19 de abril de 2012, a Companhia protocolou junto a 3ª Vara de Feitos tributários da Comarca de Belo Horizonte – MG renúncia ao direito em que se funda a ação, requerendo às partes, após decisão judicial: (i) que seja expedido alvará à Autora para levantamento de 95% dos valores atualizados dos depósitos, condicionada a expedição à prova da quitação dos créditos tributários objeto da ação, com os créditos acumulados de ICMS; (ii) que seja expedido ofício determinando a transferência de 5% dos valores atualizados dos depósitos para o Estado.

Em 14 de dezembro de 2012, com a aprovação da Lei Estadual 20.540, autorizando o poder executivo a dispensar do pagamento do ICMS, as multas e juros relativos aos encargos de Conexão e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD no fornecimento de energia elétrica. A Companhia suspendeu o acordo anterior e aguarda a publicação do Decreto que permitirá a operacionalização do pedido junto aos órgãos competentes da dispensa do débito, e solicitar a liberação do depósito judicial a seu favor.

- b) Crédito ICMS decorrente aquisição de ativo imobilizado a ser recuperado, conforme legislação, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por operação de compra.
- c) Crédito de ICMS decorrente, basicamente, de operações comerciais de exportação e do incentivo fiscal obtido através do programa PROALMINAS – Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão. A base de cálculo do crédito, a partir de 02 de setembro de 2011, conforme decreto 45.717, passou a ser apurada com base nas operações de vendas da matriz para o mercado interno e nas transferências totais do estoque de produto acabado da matriz para o centro de distribuição. Anteriormente tinha como base as operações de vendas do centro de distribuição para o mercado interno.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento a despachantes aduaneiros	157	166	157	166
Despesas antecipadas	83	1.568	83	1.568
Créditos Precatórios (i)	1.454	2.328	1.454	2.328
Outros	1.182	693	1.235	769
	2.876	4.755	2.929	4.831
Circulante	2.851	3.529	2.904	3.605
Não circulante	25	1.226	25	1.226

- (i) Referem-se a títulos adquiridos junto a terceiros, pela Companhia, com previsão de resgate em parcelas fixas e determinadas pelo Tesouro Nacional, até o exercício de 2013.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Avaliados pela equivalência patrimonial	13.748	14.719	-	-
Outros	77	58	81	60
	13.825	14.777	81	60

- (a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade a quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	31/12/2012	31/12/2011
Quotas possuídas - Domínio Imobiliária	10.623.606	10.623.606
Patrimônio Líquido	13.755	14.727
Lucro líquido do exercício	829	6.994
% de participação	99,95	99,95
Domínio Imobiliária	31/12/2012	31/12/2011
Ativo	14.973	15.254
Passivo	(1.218)	(527)
Patrimônio líquido	(13.755)	(14.727)
Receita líquida	397	10.966
Lucro líquido	829	6.994

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – Controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 adquiriu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, após análises societárias, estratégicas e financeiras decidiu por unanimidade descontinuar a operação com a Caporena Comércio de Camisas Ltda.

	<u>31/12/2012</u>
Quotas possuídas – Caporena	5.100
Patrimônio líquido	(1.629)
Prejuízo no exercício	(1.004)
% de participação	51

(c) Movimentação dos investimentos

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	14.777	8.409
Resultado de equivalência patrimonial	829	6.990
Integralização de capital com bens	-	3.079
Dividendos recebidos	(1.800)	(3.701)
Integralização de capital por distribuição de Sobras	19	-
Saldo final:	13.825	14.777

Em 19 de setembro de 2012, o Conselho de Administração decidiu pela descontinuidade das operações da Caporena Comércio de Camisas Ltda. A expectativa da Companhia é que estas operações sejam encerradas no próximo exercício.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Propriedade para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	600	-
Aquisições	-	600
Saldo final	600	600

Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública com o devedor da Companhia.

O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$36 (R\$12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, através da empresa Methodus Engenharia Ltda, avaliou o valor justo do imóvel em 20 de dezembro de 2012 e considera que os valores apresentados, ou seja, valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

14. Imobilizado

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	32.969	(8.648)	24.321	31.464	(7.043)	24.421
Máquinas e equipamentos	163.591	(110.388)	53.203	161.008	(105.856)	55.152
Instalações	17.640	(6.834)	10.806	16.714	(6.136)	10.578
Móveis e utensílios	7.910	(5.388)	2.522	7.268	(4.931)	2.337
Veículos	3.646	(1.668)	1.978	3.623	(1.429)	2.194
Imobilizado em formação	4.465	-	4.465	5.287	-	5.287
	235.355	(132.926)	102.429	230.498	(125.395)	105.103

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	12.340	-	12.340	12.340	-	12.340
Edificações	32.969	(8.648)	24.321	31.506	(7.044)	24.462
Máquinas e equipamentos	163.591	(110.388)	53.203	161.045	(105.860)	55.185
Instalações	17.640	(6.834)	10.806	16.714	(6.136)	10.578
Móveis e utensílios	7.930	(5.394)	2.536	7.372	(4.967)	2.405
Veículos	3.679	(1.680)	1.999	3.653	(1.439)	2.214
Imobilizado em formação	4.465	-	4.465	5.287	-	5.287
	242.614	(132.944)	109.670	237.917	(125.446)	112.471

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora					
	31/12/2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2012
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.421	-	(1.605)	(10)	1.515	24.321
Máquinas e equipamentos	55.152	157	(4.529)	(303)	2.726	53.203
Instalações	10.578	26	(698)	(20)	920	10.806
Móveis e utensílios	2.337	378	(460)	(31)	298	2.522
Veículos	2.194	168	(240)	(316)	172	1.978
Imobilizado em formação	5.287	4.934	-	-	(5.756)	4.465
	105.103	5.663	(7.532)	(680)	(125) a	102.429

	31/12/2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2011
Terrenos	6.568	-	-	(1.434)	-	5.134
Edificações	25.204	-	(1.537)	(1.595)	2.349	24.421
Máquinas e equipamentos	46.262	369	(3.072)	(145)	11.738	55.152
Instalações	9.238	11	(938)	-	2.267	10.578
Móveis e utensílios	2.199	442	(466)	(165)	327	2.337
Veículos	1.812	946	(371)	(193)	-	2.194
Imobilizado em formação	7.751	14.236	-	-	(16.700)	5.287
	99.034	16.004	(6.384)	(3.532)	(19) a	105.103

	Consolidado					
	31/12/2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	31/12/2012
Terrenos	12.340	-	-	-	-	12.340
Edificações	24.462	-	(1.605)	(10)	1.474	24.321
Máquinas e equipamentos	55.185	157	(4.529)	(303)	2.693	53.203
Instalações	10.578	26	(698)	(20)	920	10.806
Móveis e utensílios	2.405	387	(472)	(37)	260	2.543
Veículos	2.214	168	(246)	(316)	172	1.992
Imobilizado em formação	5.287	4.934	-	-	(5.756)	4.465
	112.471	5.672	(7.550)	(686)	(237) a	109.670

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo--
Continuação:

	Consolidado					31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	13.774	-	-	(1.434)	-	12.340
Edificações	25.204	42	(1.538)	(1.595)	2.349	24.462
Máquinas e equipamentos	46.262	406	(3.076)	(145)	11.738	55.185
Instalações	9.238	11	(938)	-	2.267	10.578
Móveis e utensílios	2.242	482	(481)	(165)	327	2.405
Veículos	1.838	946	(377)	(193)	-	2.214
Imobilizado em formação	7.751	14.236	-	-	(16.700)	5.287
	106.309	16.123	(6.410)	(3.532)	19 a	112.471

a – Os saldos de transferência referem-se a reclassificações entre contas de grupos que não são de imobilizado.

Em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e sua controlada revisaram a vida útil remanescente e avaliaram a valor justo de parte substancial do seu ativo imobilizado.

O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na data de 28 de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, conforme determina a legislação vigente, a Companhia, através de seu corpo técnico, avaliou a necessidade de impairment e revisou a vida útil remanescente do seu ativo imobilizado.

Não foram identificadas evidências de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável, bem como necessidade de alteração do plano de depreciação. Para o exercício de 2012 não foram identificadas mudanças.

15. Intangível

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	10.453	5.790	4.663	6.328	5.028	1.300
Intangível em formação	203	-	203	6.600	-	6.600
	10.656	5.790	4.866	12.928	5.028	7.900
Provisão p/ perda	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
	10.656	5.790	4.866	9.428	5.028	4.400

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software Intangível em formação	10.453	5.790	4.663	6.333	5.028	1.305
	203	-	203	6.600	-	6.600
	10.656	5.790	4.866	12.933	5.028	7.905
Provisão p/ perda	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
	10.656	5.790	4.866	9.433	5.028	4.405

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrada nos quadros abaixo:

	Controladora						
	Taxa de amortização (%)	31/12/2011	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	31/12/2012
Software Intangível em formação	20	1.300	495	(762)	(49)	3.679	4.663
		6.600	611	-	(3.454)	(3.554)	203
		7.900	1.106	(762)	(3.503)	125	4.866
Provisão p/ perda		(3.500)	-	-	3.500	-	-
		4.400	1.106	(762)	(3)	125 a	4.866

	Consolidado						
	Taxa de amortização (%)	31/12/2011	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	31/12/2012
Software Intangível em formação	20	1.305	495	(762)	(49)	3.674	4.663
		6.600	611	-	(3.454)	(3.554)	203
		7.905	1.106	(762)	(3.503)	120	4.866
Provisão p/ perda		(3.500)	-	-	3.500	-	-
		4.405	1.106	(762)	(3)	120 a	4.866

a – Os saldos de transferência referem-se a reclassificações entre contas de grupos que não são de intangível.

O intangível da companhia está composto de softwares e dos gastos necessários à sua implantação.

- (i) Conforme ata de 23 de junho de 2012, foi deliberado pelo Conselho de Administração a efetiva baixa no montante provisionado desde interrupção do projeto ERP. Os valores envolvidos foram baixados ou reclassificados.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mercado interno	3.800	4.423	3.800	4.456
Mercado externo	104	1.186	104	1.186
	3.904	5.609	3.904	5.642
Ajuste a valor presente	(113)	(158)	(113)	(158)
Circulante	3.791	5.451	3.791	5.484

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 15 dias.

O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 15 dias sendo descontado na mesma taxa das operações citada na nota 7.

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para riscos	1.162	1.957	1.162	1.957
Provisão para perdas ativas	1.651	2.035	1.651	2.147
Outras	473	1.401	473	1.401
	3.286	5.393	3.286	5.505
Passivos fiscais diferidos				
Custo atribuído	16.473	16.788	16.473	16.871
	16.473	16.788	16.473	16.871
Efeito líquido	13.187	11.395	13.187	11.366

A Administração em conformidade com a Instrução CVM 371/2002, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os tributos diferidos registrados serão integralmente realizados em até dois exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2014	(937)	(209)
2015	(1.179)	(1.179)
2016	585	585
2017	585	585
2018 e demais anos	14.133	11.613
	13.187	11.395

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.181	15.743	7.743	16.516
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	(2.442)	(5.353)	(2.633)	(5.615)
Equivalência Patrimonial	282	2.377	-	-
Incentivo Cultural	6	-	6	-
Juros sobre capital próprio	583	2.024	583	2.024
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(165)	(328)	(165)	(328)
Reversão de Juros e multa parcelamento Lei 11941/2009	-	74	-	74
Efeito líquido do cálculo do lucro real da Controladora em relação ao lucro presumido da Controlada	-	-	-	2.188
Outros	(272)	205	151	210
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	99	(4.168)	99	(4.614)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício-diferido	(2.107)	3.167	(2.157)	3.167
Alíquota efetiva (%)	27,96	6,36	26,57	8,76

18. Empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros aa	Venc.	31/12/2012	31/12/2011
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	4.202	5.643
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) + 3,45%	2016	5.753	3.259
Pré pagamento/ACC	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	33.072	36.130
Leasing	R\$	IGPM	2012	6	6
Vendor	R\$	12,68%	2013	184	4.118
EGF	R\$	5,5%	2013	10.125	8.781
Exim/BNDES/Outros	R\$	Com juros de até 8%	2020	10.143	29.146
NCE	R\$	CDI + 2%	2017	25.166	-
Total geral				88.651	87.083
Circulante				27.499	29.112
Não circulante				61.152	57.971

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui dois contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos ou formalizados perdão por instituições financeiras no exercício de 2012, não sendo executada nenhuma sanção.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2014	25.159	25.811
2015	17.911	17.508
2016	11.758	10.291
2017	6.289	4.329
2018 e demais anos	35	32
	61.152	57.971

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	11.828	14.891
Aplicações financeiras	4.090	4.641
Aval de membros da diretoria	81.349	82.358
Estoques	10.019	14.855
Ativo imobilizado	11.753	7.907
	119.039	124.652

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração.

			Controladora		Consolidado		
			Moeda	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo							
Circulante							
Partes relacionadas:							
Acionistas controladores	(a)	Real	10	13	10	13	
Catextil Comercio e Representações							
Texteis Ltda	(b)	Real	233	224	233	224	
Catex Comércio de Tecido Ltda	(b)	Real	39	34	39	34	
Brim Jeans Com. Imp. Têxteis Ltda	(b)	Real	11	6	11	6	
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(b)	Real	242	770	-	-	
			535	1.047	293	277	
Não circulante							
Caporena Comércio de Camisas Ltda	(f)	Real	262	262	-	-	
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda	(f)	Real	4	70	-	-	
			266	332	-	-	
Passivo:							
Circulante							
Partes relacionadas:							
Acionistas controladores	(d)	Real	82	28	82	28	
1001 Artefatos de Borracha Ltda	(g)	Real	-	5	-	5	
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	31	17	31	17	
Catriz Agroindustrial Ltda	(b)	Real	30	33	30	33	
Energisa S/A	(c)	Real	647	1.413	647	1.413	
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(b)	Real	19	20	19	20	
Ferreira Cardoso Vasconcelos							
Teodoro Advogados	(h)	Real	1	-	1	-	
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(e)	Real	34	32	34	32	
			844	1.548	844	1.548	
			Controladora		Consolidado		
			Moeda	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado operacional							
Partes relacionadas:							
Beca Representações Comerciais	(b)	Real	(290)	(168)	(290)	(168)	
Brim Jeans Com. Import. Têxteis Ltda.	(b)	Real	117	60	117	60	
Caporena Comércio de Camisas Ltda.	(b)	Real	1.994	451	1.994	451	
Catex Comércio de Tecido Ltda.	(b)	Real	220	537	220	537	
Catextil Comercio e Representações							
Têxteis Ltda.	(b)	Real	2.243	768	2.243	768	
Catriz Agroindustrial Ltda.	(b)	Real	(376)	(279)	(376)	(279)	
Energisa S/A	(c)	Real	(15.191)	(13.007)	(15.191)	(13.007)	
Ferreira Cardoso Vasconcelos							
Teodoro Advogados	(h)	Real	(51)	(58)	(51)	(58)	
Rittmeyer Empreendimentos Ltda.	(e)	Real	(425)	(267)	(425)	(267)	
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(b)	Real	(195)	(168)	(195)	(168)	

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se a valores pagos pela Companhia, correspondente a assistência médica, reembolsado nas mesmas condições dos contratos com a empresa de seguros.
- (b) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, e contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista e 3,5% para confeccionista, nas situações especiais de vendas as comissões devidas serão da ordem de 50% do valor das comissões normalmente devidas e fixadas;
- (c) Refere-se a compra de energia elétrica, suportado por contrato.
- (d) Créditos retidos de acionistas que deverão amortizar futuros pagamentos de seguro saúde que serão efetuados pela Companhia;
- (e) Refere-se a contrato para elaboração de projetos de eficiência e gestão operacional, para as unidades industriais da Companhia. O prazo final do contrato está estimado para março de 2013, o valor é reajustado anualmente pela variação do INPC.
- (f) Refere-se a mútuo a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês;
- (g) Refere-se a aquisição de mercadorias para uso e consumo, e passam pelas regras normais de compras – solicitação, cotação, negociação, pedido de compras, conforme procedimento padrão da Companhia;
- (h) Refere-se a valores referentes a acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária.

Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO realizada em 11 de junho de 2012, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de maio de 2012 a abril de 2013 em até R\$ 4.700 (em até R\$ 4.510 no período de maio de 2011 a abril de 2012).

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

Órgão	Nº de Membros	Honorários e Encargos	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assit. Médica e seguro vida
Controladora e Consolidado em 31/12/2011					
Conselho de Administração	5	456	-	-	-
Conselho Fiscal	3	116	-	-	-
Diretoria	3	1.391	1.132	571	135
	11	1.963	1.132	571	135
Controladora e Consolidado em 31/12/2012					
Conselho de Administração	5	481	-	-	-
Conselho Fiscal	5	168	-	-	-
Diretoria	3	1.241	-	536	129
	13	1.890	-	536	129

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

20. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e Contribuição Social	-	-	104	44
ICMS	41	350	41	350
Outros impostos a recolher	24	28	24	28
Contrib. Previd. s/ receita (i)	67	-	67	-
Parcelamento REFIS IV				
CSLL a recolher	-	88	-	88
COFINS	-	97	-	97
PIS	-	20	-	20
IRPJ Parcelamento	191	231	191	231
	323	814	427	858
Circulante	181	638	202	682
Não circulante	142	176	225	176

- (i) Refere-se a Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta (faturamento) que entrou em vigor em agosto de 2012 e substituiu a contribuição previdenciária patronal, antes 20% sobre a folha de pagamento, agora 1% sobre a receita de vendas, conforme MP.563/2012, convertida na lei 12715/2012.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões diversas

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões com pessoal (i)	2.370	3.934	2.370	3.934
Comissões a agente mercado externo	800	898	800	898
Comissões a representante mercado interno	881	967	881	967
	4.051	5.799	4.051	5.799

22. Provisões para riscos

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2011	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2012
Trabalhista	10	-	-	-	10
Tributária	7.441	-	-	-	7.441
Cível	6.457	-	(2.399)	63	4.121
Outras	2.287	-	-	-	2.287
	16.195	-	(2.399)	63	13.859
Depósitos judiciais	(5.343)	(130)	550	-	(4.923)

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 2.115 referente a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões para riscos--Continuação

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

a. Tributárias

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
ICMS – TUSD (i)	3.916	3.916
Auto de Infração INSS (ii)	2.933	2.933
Outros	592	592
	7.441	7.441

- (i) ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão constituída monta R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2011). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam R\$3.916 nas mesmas datas base.

Conforme descrito na Nota explicativa 10a, em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a “Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)” e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo. Em 14 de dezembro de 2012, com a aprovação da Lei Estadual 20.540, autorizando o poder executivo a dispensar o pagamento do ICMS, multa e juros relativo aos encargos de Conexão e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD no fornecimento de energia elétrica, a Companhia suspendeu o acordo anterior e aguarda a publicação do Decreto que permitirá a operacionalização do pedido junto da dispensa do débito, e solicitar a liberação do depósito judicial a seu favor, aos órgãos competentes.

- (ii) Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor de R\$2.933. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões para riscos--Continuação

b. Cível

- (i) Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$44.367 (R\$43.398 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$23.648, tendo sido levantado pela parte contrária, R\$ 17.197 em 30 de junho de 2010 e R\$ 6.451 em 22 de junho de 2011.

A diferença entre os valores efetivamente depositados e o valor cobrado em documento fiscal foi de R\$ 20.719. Considerando o andamento do processo a Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, provisionou adicionalmente o montante de R\$ 4.043.

- (ii) Ação rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de forma irrazoável no valor de R\$ 2.254 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões para riscos--Continuação

b. Cível--Continuação

- (iii) Encargo de Capacidade Emergencial ("ECE") – Refere-se à discussão judicial visando declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial ("EAEEE"), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Contudo, em 21/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado, sob o fundamento de que o STF, em controle concentrado de constitucionalidade já decidira a questão de forma desfavorável aos contribuintes. A Companhia deliberou pela não interposição de Recurso de Apelação e em 25/08/2011 a decisão desfavorável a Companhia foi transitada em julgado. Em 30 de junho de 2012, a provisão constituída monta a R\$2.399 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335. Conforme parecer do patrono da ação, ao ECE é aplicável o Decreto nº 20.190/32 no que diz respeito a prescrição, uma vez que se trata de relação com a Administração Pública, este estabelece o prazo prescricional quinquenal (5 anos). Assim a União Federal teve o prazo de 5 anos, contados da data em que foi restabelecida a exigência do ECE (16/08/2005) para promover a ação de cobrança dos valores referentes à ECE, não tendo sido tal medida ajuizada até a presente data, os valores relativos ao ECE devidos pela Companhia encontram-se prescritos, sendo aplicável a reversão da provisão vinculada ao processo.

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

c. Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

d. Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

e. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Os acionistas da Companhia, na AGO de 11 de junho de 2012, rejeitaram, por maioria, a proposta da administração de destinação dos resultados de 2011 e, por maioria, aprovaram a destinação da parcela do lucro líquido do exercício de 2011 no valor de R\$ 6.754 para reserva para aumento de capital. A destinação dos resultados, aprovados por maioria, teve voto contrário de acionistas minoritários.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido--Continuação

e. Dividendos--Continuação

Em 19 de setembro de 2012, de acordo com a Ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para a data de 12 de novembro de 2012, que foi realizada e deliberada sobre retificação da proposta de destinação do resultado do exercício de 2011 e ratificação das demais deliberações tomadas em Assembleia Geral Ordinária de 11 de junho de 2012, conforme edital de convocação de 26 de outubro de 2012.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 31 de dezembro de 2012:

Dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre lucro líquido ajustado

	31/12/2012
Resultado líquido do período	5.173
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	585
Reserva legal	(259)
Lucro base para dividendos/juros sobre capital próprio (a)	5.499
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% do lucro líquido ajustado	1.375
Juros sobre o capital próprio líquido imputado aos dividendos mínimos obrigatórios creditados (b)	1.458
Percentual da distribuição do lucro (b/a)	26,51%

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, foram calculados de acordo com a Lei 9.249/95, sendo:

O montante de R\$1.715, com posição acionária ao final do dia 05 de fevereiro de 2013, com retenção de imposto de renda na fonte, calculado com base na alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$ 1.458, conforme tabela abaixo:

Valor por ação (R\$)	Acionistas imunes ou isentos (valor bruto)	IRRF (15%)	Acionistas tributados (valor líquido)
Ações ordinárias	11,4303	1,7145	9,7158
Ações Preferenciais	60,5173	9,0776	51,4397

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vendas de produtos	238.981	265.190	239.396	277.781
Impostos sobre vendas	(36.924)	(40.931)	(36.939)	(41.390)
Subvenções governamentais-ICMS	10.596	7.634	10.596	7.634
Devoluções e abatimentos	(9.559)	(7.603)	(9.559)	(7.603)
Ajuste a valor presente clientes	(10.408)	(11.524)	(10.411)	(12.690)
Total da receita contábil	192.686	212.766	193.083	223.732

25. Custos e despesas operacionais

Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(41.312)	(46.556)	(41.334)	(46.806)
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(119.074)	(124.338)	(119.074)	(124.338)
Comissões sobre venda	(7.720)	(7.798)	(7.720)	(7.798)
Frete de vendas	(3.554)	(4.013)	(3.554)	(4.013)
Depreciações e amortizações	(8.821)	(6.900)	(8.821)	(6.918)
Outros	(11.116)	(9.897)	(11.232)	(13.123)
Total das despesas	(191.597)	(199.502)	(191.735)	(202.996)

Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos produtos vendidos	(157.604)	(162.614)	(157.720)	(165.696)
Despesas com vendas	(23.032)	(24.434)	(23.032)	(24.434)
Despesas administrativas	(10.961)	(12.454)	(10.983)	(12.866)
Total das despesas	(191.597)	(199.502)	(191.735)	(202.996)

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	1.793	1.662	1.954	1.958
Ganhos com variações cambiais	9.245	11.450	9.245	11.450
Realização do ajuste a valor presente de clientes	10.743	11.213	11.754	11.213
Outras receitas financeiras	3.308	3.091	3.312	3.091
	25.089	27.416	26.265	27.712
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(6.760)	(4.976)	(6.760)	(4.984)
Perdas com variações cambiais	(13.174)	(15.790)	(13.174)	(15.790)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(1.915)	(1.488)	(1.915)	(1.488)
Outras despesas financeiras	(1.302)	(1.993)	(1.308)	(1.985)
	(23.151)	(24.247)	(23.157)	(24.247)
Resultado financeiro líquido	1.938	3.169	3.108	3.465

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros

		Controladora					
		31/12/2012			31/12/2011		
		Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes caixa		16.302	-	16.302	18.681	-	18.681
Títulos e valores mobiliários		10.089	-	10.089	6.353	-	6.353
Contas a receber e outros recebíveis		-	45.388	45.388	-	52.606	52.606
Depósitos judiciais		-	4.923	4.923	-	5.343	5.343
Créditos Precatórios		-	1.454	1.454	-	2.328	2.328
		<u>26.391</u>	<u>51.765</u>	<u>78.156</u>	<u>25.034</u>	<u>60.277</u>	<u>85.311</u>
			Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado			Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	
		Valor justo através do resultado		Total	Valor justo através do resultado		Total
Passivo							
Empréstimos e financiamentos		-	88.651	88.651	-	87.083	87.083
Fornecedores		-	3.791	3.791	-	5.451	5.451
		<u>-</u>	<u>92.442</u>	<u>92.442</u>	<u>-</u>	<u>92.534</u>	<u>92.534</u>
		Consolidado					
		31/12/2012			31/12/2011		
		Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes caixa		19.561	-	19.561	20.345	-	20.345
Títulos e valores mobiliários		10.389	-	10.389	6.353	-	6.353
Contas a receber e outros recebíveis		-	48.151	48.151	-	58.470	58.470
Depósitos judiciais		-	4.923	4.923	-	5.343	5.343
Créditos Precatórios		-	1.454	1.454	-	2.328	2.328
		<u>29.950</u>	<u>54.528</u>	<u>84.478</u>	<u>26.698</u>	<u>66.141</u>	<u>92.839</u>
			Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado			Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	
		Valor justo através do resultado		Total	Valor justo através do resultado		Total
Passivo							
Empréstimos e financiamentos		-	88.651	88.651	-	87.083	87.083
Fornecedores		-	3.791	3.791	-	5.484	5.484
		<u>-</u>	<u>92.442</u>	<u>92.442</u>	<u>-</u>	<u>92.567</u>	<u>92.567</u>

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

a. Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis. Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas aos países em que atua. Em 31 de dezembro de 2012 monta R\$9.359, equivalente a 1.089 mil euros e 3.145 mil dólares norte-americanos (R\$11.792 em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 1.042 mil euros e 4.934 mil dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 43.027 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 2.134 mil euros e 18.240 mil dólares-americanos (R\$ 42.348 em dezembro de 2011, equivalente a 1.562 mil euros e 20.549 mil dólares-americanos). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

b. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

c. Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que pontencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Instrumentos financeiros

A contratação de instrumento financeiro - tem o objetivo de proteção das operações comerciais no mercado externo, assegurando o percentual máximo de 90% (noventa por cento) para a cobertura do limite de crédito aprovado e 90% (noventa por cento) para riscos políticos.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “commodities”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa do CDI; (3) a TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2012.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

(ii) Seleção dos cenários--Continuação

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 6,9% a.a., TJLP = 5,5% a.a. e Dólar a 2,0435) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

	Exposição em R\$ mil	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos					
Instrumentos financeiros					
expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado		Alta			
externo	2.935	Euro	3.229	3.669	4.403
Contas a receber mercado		Alta			
externo	6.424	Dólar	7.066	8.030	9.636
Empréstimos e financiamentos	(5.753)	Alta			
		Euro	(6.328)	(7.191)	(8.630)
Empréstimos e financiamentos	(37.274)	Alta			
Subtotal (**)	(33.668)	Dólar	(41.001)	(46.593)	(55.911)
Instrumentos financeiros					
expostos a Juros					
Aplicações financeiras no		Alta			
mercado aberto	20.077	CDI	22.085	25.096	30.116
Empréstimos e financiamentos	(45.624)	Alta			
Subtotal (***)	(25.547)	CDI	(50.186)	(57.030)	(68.436)
Total	(59.215)		(65.137)	(74.019)	(88.823)
Efeito no resultado			(5.922)	(14.804)	(29.608)

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

(ii) Seleção dos cenários--Continuação

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro 2012, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

Mensuração a valor justo controladora e consolidado				
	31/12/2012	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	10.089	-	10.089	-
	10.089	-	10.089	-

Mensuração a valor justo controladora e consolidado				
	31/12/2011	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	6.353	-	6.353	-
	6.353	-	6.353	-

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

(ii) Seleção dos cenários--Continuação

Valor justo versus valor contábil

	Controladora e consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativo				
Aplicações financeiras	10.089	10.089	6.353	6.353
	10.089	10.089	6.353	6.353

O Valor justo dos ativos e passivos financeiros são similares ao valor contábil.

e. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

28. Lucro líquido por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no período findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2011, conforme o quadro abaixo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Lucro líquido por ação--Continuação

Em milhares de reais	31/12/2012			31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	5.130	43	5.173	14.618	124	14.742
Lucro atribuível aos acionistas	5.130	43	5.173	14.618	124	14.742
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	35,57	39,13	35,60	101,38	111,51	101,45

29. Operações Descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 adquiriu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, após análises societárias, estratégicas e financeiras decidiram por unanimidade descontinuar a operação com a Caporena Comércio de Camisas Ltda conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2012.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Operações Descontinuadas--Continuação

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados em 31 de dezembro são:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	68	173
Contas a receber de clientes	25	307
Outros ativos	-	46
Estoque	-	218
	93	744
Não circulante		
Imobilizado	27	112
Intangível	-	4
	27	116
Total do ativo	120	860
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	495	800
Salários e contribuições sociais	1	26
Obrigações tributárias	4	42
Outros passivos	-	21
	500	889
Não circulante		
Outros passivos (a)	1.248	595
	1.248	595
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(1.638)	(634)
	(1.628)	(624)
Total do passivo	120	860

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, sendo apresentado o saldo de R\$ 634 como passivos de operações descontinuadas.

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Operações Descontinuadas--Continuação

O resultado do exercício da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado

	2012	2011
Receita Líquida	2.607	753
Custo de produtos	(1.851)	(479)
Lucro Bruto	756	274
Despesas Comerciais, gerais e administrativas	(1.603)	(870)
Resultado Financeiro	(50)	(10)
Outras despesas operacionais	(80)	(7)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custo de venda	(27)	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(1.004)	(613)
Imposto de renda e contribuição social	-	(21)
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	(1.004)	(634)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de Caixa líquidos das operações descontinuadas

	2012	2011
Provenientes das operações	(719)	(309)
Utilizados nas atividades de investimento	-	(123)
Utilizados nas atividades de financiamento	614	605
	(105)	173

30. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

	Importâncias seguradas
Ramos	109.809
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	4.461
Veículos	6.000
Responsabilidade civil	

Companhia Industrial Cataguases

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração:

Eduardo Peixoto Ferreira Leite
Presidente

José Inácio Peixoto Neto
Vice-Presidente

Jorge Nagib Amary Junior
Conselheiro

Ricardo Dias Cruz Ferreira
Conselheiro

Vicente Moliterno Neto
Conselheiro

Conselho fiscal:

José Heitor Leonardo
Presidente

Enio de Melo Coradi
Conselheiro

Flávio Stamm
Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso
Conselheiro

Paulo Henrique Laranjeira da Silva
Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Duarte Fabelo
Diretor Técnico-Industrial

Hênio Murilo de Barros Lemos Filho
Diretor Comercial

Responsável técnico:

Celso Romário de Oliveira
Contador
CRC-MG 065048